



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000045-33.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços**
Requerente: **Vilson Barboza de Souza**
Requerido: **Contasul Assessoria Administrativa Ltda ME**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor questiona a cobrança de taxas de condomínio que lhe foi feita pela ré, argumentando que ela não prestou qualquer serviço para ser ressarcida.

A preliminar de ilegitimidade passiva ad causam suscitada pela ré não merece acolhimento.

Isso porque ela na própria peça de resistência reconheceu sua condição de síndica e administradora do condomínio em que reside o autor, o que a habilita à cobrança das taxas impugnadas pelo mesmo.

Aliás, é incontroverso que tal cobrança foi promovida pela ré, pouco importando a circunstância de ter sido escolhida para o desempenho daquelas funções pela Caixa Econômica Federal.

Rejeito a prejudicial arguida, pois.

No mérito, o autor a fl. 01 asseverou que a ré não prestou serviços que dessem causa ao ressarcimento por meio de taxas condominiais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Os documentos de fls. 59/87, porém, levam a conclusão contrária.

Eles patenteiam diversas atividades desenvolvidas pela ré ao longo do tempo e não foram impugnados especificamente por parte do autor.

Por outro lado, o autor em réplica chegou a destacar que "*no São Carlos VIII nunca teve um condomínio*" (fl. 90), o que não é crível no cotejo com as provas materiais coligidas pela ré.

Como se não bastasse, instado a esclarecer se tinha provas a produzir, o autor permaneceu silente, de sorte que se reconhece a ausência de suporte mínimo que lastreasse sua versão.

Alia-se a isso a circunstância das provas documentais amealhadas pela ré apontarem para direção contrária.

A conjugação desses elementos torna de rigor a rejeição da postulação deduzida.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 22 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**